

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Gabinete**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
121	Foi encaminhado o Projeto do Plano Plurianual para o poder legislativo, que deverá devolver para sanção até o encerramento da sessão legislativa?		X	10/05/2017	NÃO SE APLICA AO PERÍODO.
122	O poder executivo disponibilizou ao poder legislativo e ao ministério público os estudos e estimativas das receitas que irão integrar o Projeto de Lei Orçamentária? (art.12, § 3º da l.r.f, 101/2000).		X	10/05/2017	NÃO SE APLICA AO DEPARTAMENTO DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO, ENCAMINHAR À CONTABILIDADE.
123	O poder executivo encaminhou o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao poder legislativo dentro do prazo legal?		X	10/05/2017	NÃO SE APLICA AO PERÍODO.

<b>- LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
120	Verificou-se o cumprimento do limite com despesas de pessoal e da repartição dos limites globais ao final de cada semestre? (art. 19, 20 e 63 da LRF 101/2000)	X		10/05/2017	

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
134	O poder executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso que deverá ser até 30 (trinta) dias após a publicação do orçamento? (art. 8º LRF)		X	10/05/2017	NÃO SE APLICA AO DEPARTAMENTO DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO, ENCAMINHAR À CONTABILIDADE.

<b>- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
147	São elaborados regularmente, boletins oficiais do município e outras publicações jornalísticas ou institucionais que interessam à administração municipal?	X		10/05/2017	DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO.



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Gabinete**

<b>- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
199	Os convênios são protocolados e numerados em ordem seqüencial com referência do ano e registrados em livro próprio ou arquivos magnéticos, em ordem cronológica, com o CPF e ou CNPJ dos conveniados e o objeto pertinente?		X	10/05/2017	

<b>- DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
201	Os processos de subvenções sociais, atendem as finalidades previstas nos arts.16 e 17 da Lei nº 4.320/64?	X		10/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Gabinete**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
135	O vice-prefeito atua no inter-relacionamento do poder executivo como legislativo, especialmente quando: a) ao acompanhamento da votação de projetos de leis de interesse do poder executivo; b) à elaboração de mensagens e de razões de veto; c) ao atendimento de pedidos de informações da câmara, observando os prazos legais?	X		10/05/2017	
136	O vice-prefeito acompanha a divulgação de atividades realizadas pela prefeitura e dos resultados obtidos pela ação do poder executivo municipal?	X		10/05/2017	
137	O vice-prefeito acompanha a procedência das reclamações ou denúncia que forem dirigidas à prefeitura e propor, quando cabível aos órgãos competentes, a instauração de sindicância, de inquérito administrativo e de auditoria?	X		10/05/2017	
139	O vice-prefeito acompanha o atendimento, pela prefeitura de solicitações de órgãos federais e estaduais?	X		10/05/2017	
209	A regulamentação das leis através de decreto é efetuada dentro do prazo legal, dando ampla publicidade e é observado para não criar nem direitos ou sobre novas obrigações?	X		10/05/2017	
210	Regularmente são emitidas portarias para normatizar a execução de determinados serviços, organização administrativa, medidas disciplinares e para demais atos que, por sua natureza, não devam ser objeto de decreto?	X		10/05/2017	
212	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - situação analítica das concessões, permissões, acordos, convênios e ajustes em execução, devidamente conciliados, informando inclusive, as contas bancárias respectivas dos recursos vinculados e, se pendente de prestação de contas?	X		10/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Gabinete**

<b>- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
145	Em se tratando de profissionalismo e eficiência, os servidores municipais, que atuam neste setor, estão atualizados sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessam a administração pública?	X		10/05/2017	
<b>- DESPESA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
288	A administração se preocupa em manter pessoal qualificado, treinado e, portanto, preparado para utilizar essas informações no sentido de colocar a organização em completo funcionamento e conseqüentemente, concretizar os seus objetivos.	X		10/05/2017	
<b>- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
336	A administração mediante lei municipal já definiu o órgão oficial de divulgação do município? (CE art. 111 § único, inciso XIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93), bem como vem observando o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos?	X		10/05/2017	A LEI Nº 1.783 DE 02 DE MARÇO DE 2016 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO.
333	Na celebração de convênios, com a transferência ou repasse de recursos financeiros do município a entidade, há a procedência do plano de trabalho, proposto pela conveniada e aprovado pela administração? (art. 116 da Lei nº 8.666/93?).	X		10/05/2017	
335	As publicidades dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, têm caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não contém nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores municipais? (CF art. 37 § 1º)	X		10/05/2017	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Gabinete**

---

MARINA DE OLIVEIRA LEME  
CHEFE GABINETE

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
129	Das receitas previstas é obrigatório até 30 dias após a publicação do orçamento, realizar o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, especificando em separado, quando cabível, as medidas de combate à evasão fiscal e a sonegação?	X		22/05/2017	Sim através do cronograma de desembolso.
125	A realização da receita está de acordo com as metas definidas no anexo de metas fiscais?	X		22/05/2017	
138	O vice-prefeito tem participação efetiva nas audiências públicas de planejamento municipal, em especial na elaboração do PPA, LDO e LOA?		X	22/05/2017	Não
178	O Projeto de Lei da LDO orienta para: - alteração da legislação tributária; - autoriza criar cargos, empregos e funções, concessão de vantagens, concessão de aumento aos servidores, alteração da estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título; - equilíbrio entre receita e despesa: - limitação de empenho; - controle de custos; - avaliação de resultado dos programas; - condição p/ transa a entidades públicas e privadas; - estabelecimento de metas fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida; - avaliação do cumprimento de metas do ano anterior; - registro de memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas; - demonstração da origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos; - avaliação da situação financeira e atuarial; - estimativa e compensação da renúncia de receita; - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; - reserva de recursos para os riscos fiscais; - definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência; - programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso; - definição de despesa irrelevante para a dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro; - prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos; - autorização para assumir custeio de competência de outros entes; - definição dos incentivos ou benefícios tributários - renúncia de receita?	X		22/05/2017	Favor comparar com a LDO 2017, Lei Complementar 068 de junho de 2016.



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

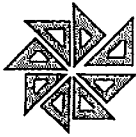
**Planejamento**

<b>- LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
192	O limite entre 5 a 8% (cinco a oito por cento), da receita tributária e das transferências previstas no art. 153 inciso 5° e arts. 158 e 159, ambos da Constituição Federal de 1988, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do poder legislativo, excluindo-se os inativos (art. 29-A da Constituição Federal), está sendo cumprido?	X		22/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
167	A criação, a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem elevação da despesa, conforme o art. 16, da Lei 101/00, estão sendo acompanhados de informações sobre a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subseqüentes, e de declaração do agente ordenador de que essas alterações têm adequação orçamentária e financeira e estão compatíveis com o PPA e com a LDO? (art.16 da LC nº 101/2000).	X		22/05/2017	
168	São realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamentos para elaboração do orçamento da receita para o período de cada uma das unidades gestoras;	X		22/05/2017	
169	São realizados estudos (PPA) para apuração dos gastos com a manutenção da máquina administrativa e definição das disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental?	X		22/05/2017	
170	São realizados estudos (PPA), para definição dos programas e das ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamento, baseado no resultado da audiência pública?	X		22/05/2017	
171	As audiências públicas são conduzidas com o objetivo de permitir a participação da sociedade organizada nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fixadas para cada quadrimestre ou semestre? (art. 9º, § 4º e 48, § único da LRF).	X		22/05/2017	
173	São realizados estudos (LDO) para identificar o volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?	X		22/05/2017	
174	São realizados estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das disponibilidades financeiras para o financiamento das prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraída dos objetivos e metas estabelecidas no PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II § 2º da CF e 48, § único da LRF).	X		22/05/2017	
175		X		22/05/2017	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
	Foram definidos os programas (LDO) e das ações de governo compatíveis com o PPA, demonstradas em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado no resultado da audiência pública?				
176	As audiências públicas no processo de elaboração da LDO estão sendo agendadas e convocadas pelo executivo municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular?	X		22/05/2017	
177	Na elaboração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispondo sobre o orçamento da receita e da despesa, estabelece as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraídas do PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II, § 2º da CF).	X		22/05/2017	
179	No planejamento da Lei Orçamentária Anual foram realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?	X		22/05/2017	
180	Estão sendo realizados estudos para a apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das possibilidades financeiras para financiamento das prioridades e metas para o exercício seguinte, extraída da LDO e aprovadas em audiência pública? (art. 165, III § 5º da CF e 48, § único da LRF).	X		22/05/2017	
181	Está sendo elaborado mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária à Câmara Municipal na forma estabelecida na LDO? (art. 22, I da Lei 4.320/64).	X		22/05/2017	
182	A Lei Orçamentária Anual, devolvida ao poder executivo para sanção, está sendo observado o prazo de até 15 dias contados da data do seu recebimento?	X		22/05/2017	
183	Está sendo dada ampla publicação do texto da Lei Orçamentária Anual, no órgão oficial do município, inclusive em meios eletrônicos/ (art. 48 da LRF).	X		22/05/2017	
191	Na elaboração do PPA é procedido a exposição de motivos e ofício de encaminhamento à câmara	X		22/05/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	municipal conforme definido na lei orgânica ou outro instrumento legal?				
203	Os decretos de alterações orçamentárias especificam no seu preâmbulo a lei autorizativa a que se referem?	X		22/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
163	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar a apuração e a avaliação dos custos de atividades de qualquer natureza?		X	22/05/2017	
164	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento dos efeitos das decisões de caráter gerencial sobre o fluxo de caixa sobre o patrimônio financeiro da entidade?		X	22/05/2017	
166	O sistema de informação tem conhecimento de aspectos da organização, tais como; a) da sua estrutura organizacional, ou seja, do conhecimento dos órgãos da administração central e da administração descentralizada; b) das funções de cada órgão e das atividades que cada um executa; c) do processo decisório, ou seja, de quem é quem na organização; d) do processo da execução das atividades de cada órgão?		X	22/05/2017	
149	Os comprovantes de despesa com publicidade atendem plenamente as exigências de liquidação das mesmas?	X		22/05/2017	
151	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as transações efetivas de natureza financeira, resultantes ou não da execução do orçamento, que produzam efeitos sobre o fluxo de caixa e o patrimônio financeiro da entidade governamental?	X		22/05/2017	
152	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as operações ou transações de caráter econômico resultantes ou não da execução orçamentárias, e que produziram efeitos de caráter econômico sobre o patrimônio da entidade?	X		22/05/2017	
153	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre a execução de atividades das mais variadas naturezas nas várias áreas de atuação governamental, as quais envolvem responsabilidade da organização, inclusive dos respectivos gestores, no cumprimento dos prazos e das metas de caráter financeiro, econômico e social?	X		22/05/2017	
154	O sistema de informações tem por objetivo evidenciar a composição patrimonial e situação econômico-financeira da entidade, com observação dos princípios fundamentais de contabilidade/	X		22/05/2017	
155	O sistema de informação tem por objetivo	X		22/05/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	evidenciar os resultados obtidos nas operações da entidade e especialmente, das unidades de gestão nas atividades pelas quais são responsáveis e desenvolvidas nas áreas de atuação?				
156	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os bens e valores de qualquer natureza pertencentes ou confiados à guarda ou custódia da entidade, bem como a localização da sua origem e da sua destinação?	X		22/05/2017	
157	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os resultados da gestão de programas especiais de trabalho, cujos recursos financeiros neles empregados provieram de receitas especificadas que, por lei, lhes foram destinadas?	X		22/05/2017	
159	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar as responsabilidades de todos quantos de qualquer modo arrecadem receitas, efetuam despesas ou guardem bens pertencentes ou confiados à entidade/	X		22/05/2017	
160	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar o volume de recursos movimentados por área de responsabilidade, bem como por toda a organização?	X		22/05/2017	
161	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar comparações e verificações?	X		22/05/2017	
165	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento e a avaliação da execução das metas fiscais e da evolução do patrimônio líquido?	X		22/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
365	As prestações de contas do legislativo municipal são baixadas na contabilidade do município em contrapartida na conta "suprimentos", e o seu saldo é igual ao saldo bancário do legislativo?	X		22/05/2017	Sim , porém isso se dá no terceiro quadrimestre.
368	Os valores pagos de amortização da dívida fundada interna, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		22/05/2017	Pórem essa questão não se aplica, pois o município não possui dívida fundada,
388	O setor mantém controles para não contrair obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidades de caixa, nos termos do parágrafo único e caput do art.42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?	X		22/05/2017	sim , poré essa questão é pertinente somente ao ultimo ano de mandato, e estamos no primeiro ano.

<b>- RECEITA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
364	Os recursos provenientes de alienações de bens são registrados e aplicados nos termos dos arts. 44 e 50, inciso I da LRF?	X		22/05/2017	Sim , cada qual no seu setor , porem no quadrimestre em questão não houve alienações de bens.
366	Está sendo utilizada uma metodologia realista na previsão da receita no orçamento municipal, de modo a não superestimá-la em desacordo aos princípios técnicos de orçamentação, contrariando o disposto no art. 30 da Lei 4.320/64?	X		22/05/2017	Sim , de acordo com a realidade dos tres ultimos exercicios e com base no exercício vigente.

<b>- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
362	As receitas registradas de operações de crédito após o seu registro no fluxo orçamentário, é lançada automaticamente no sistema patrimonial em conformidade com os princípios contábeis?	X		22/05/2017	Porém no quadrimestre em questão o municipio não contraiu operações de crédito.

<b>- DÍVIDA ATIVA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
363	As receitas registradas, originadas pela cobrança de dívida ativa, após o seu ingresso é baixada nos créditos lançados no sistema patrimonial?	X		22/05/2017	Sim , porém isso acontece no terceiro quadrimestre

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
370	O setor emitiu e encaminhou aos órgãos competentes, relatório circunstanciado do balanço consolidado ou individual de cada unidade?	X		22/05/2017	
371	O setor mantém controles objetivando o equilíbrio financeiro, atendendo o disposto na Lei 4.320/64, art.48, "b"?	X		22/05/2017	
384	Quando verificados saldos impróprios nas contas contábeis dos sistemas financeiros, patrimonial, compensado e orçamentário, foi procedida a regularização dos mesmos?	X		22/05/2017	
385	Os créditos adicionais suplementares ou especiais, são abertos com a indicação dos recursos correspondentes e com prévia autorização legislativa e decreto executivo, de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 incisos V e VI da Constituição Federal?	X		22/05/2017	
386	Os créditos adicionais abertos por conta de recursos do excesso de arrecadação, entre a arrecadação prevista e a realizada foi devidamente comprovado e está de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 inciso V da CF)?	X		22/05/2017	

<b>- DESPESA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
390	Nos processos de despesas públicas, é observada a obrigatoriedade do cumprimento legal? (art. 63 § 1º e 2º da Lei 4.320/64).	X		22/05/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
378	O setor acompanha o cumprimento do limite constitucional da aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos?	X		22/05/2017	
379	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), incidentes sobre os 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos e transferências de impostos, conforme caput, do art. 60, do ato das disposições constitucionais transitórias, alterado pela emenda constitucional n° 14?	X		22/05/2017	
380	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério? (art. 60, § 5° da CF atos das disposições constitucionais transitórias)	X		22/05/2017	
381	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo em despesas com ações e serviços públicos de saúde em relação às receitas de impostos e transferência de impostos (art.198 da CF combinando com o art. 77 do ato das disposições constitucionais na realização da despesa), está sendo observada a classificação funcional programática, econômica e elementos de despesa? (Lei 4.320/64 e posteriores alterações).	X		22/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
406	A administração contábil, exerce controle de gestão econômica e patrimonial sobre o patrimônio econômico-administrativo para verificar e avaliar as alterações quantitativas e qualitativas substanciais, bem como os seus efeitos, se positivos ou se negativos;		X	22/05/2017	DEvido a não reavaliação dos bens por parte do Setor de Patrimônio.
403	A contabilidade possui controle atualizado das dividas de financiamentos e débitos consolidados?	X		22/05/2017	Sim, porém no quadrimestre em questão o municipio não possui débitos e financiamentos consolidados.
410	A contabilidade atua com eficácia e o planejamento das contas atende os objetivos da instituição, bem como se entrosar com os demais dispositivos de controle geral, estruturados pela atividade de controle atinja o grau de eficácia esperado?	X		22/05/2017	Sim porem somente o setor de Patrimonio não nos posiciona com a reavaliação dos bens patrimoniais.
418	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor esta sendo providenciado os seguintes documentos: -relação das despesas sujeitas à aplicação do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/193, especialmente relativo ao cumprimento da ordem cronológica das exigibilidades, por fonte de recursos, de modo a oportunizar ao sucessor, desde o inicio do mandato o pagamento das despesas em aberto em respeito à Lei, devidamente assinada pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?	X		22/05/2017	Porém essa questão não se aplica a esse quadrimestre.
419	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo das obrigações contraídas e não pagas até o encerramento do corrente exercício, inscrito ou não em restos a pagar?	X		22/05/2017	Questão que não se aplica a esse quadrimestre
420	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo da dívida fundada interna e externa, bem como de operações de crédito por antecipação da receita (ARO) não quitadas?	X		22/05/2017	Questão não se aplica a esse quadrimestre





PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

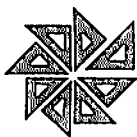
PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- RECEITA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
416	A receita de serviços é suficiente para cobrir os seus custos e, conseqüentemente, mantê-lo em condições de funcionamento adequado e eficiente, inclusive de atender ao crescimento da demanda?		X	22/05/2017	O setor de água e esgoto é deficitário.

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
398	Os créditos especiais para novas despesas são procedidos de autorização legislativa, decreto executivo, existência de recursos e justificativa? (art. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64).	X		22/05/2017	
399	É observado para promover o cancelamento dos restos a pagar que prescreveram (prazo os anos), conforme Decreto Federal nº 2.0910/32?	X		22/05/2017	
405	A administração contábil, exerce controle de gestão financeira e econômica sobre os resultados financeiros e econômicos (metas fiscais), previamente programados, para verificar se foram ou não alcançados;	X		22/05/2017	
407	A contabilidade atua com eficácia da informação, com diretrizes e observação para que toda e qualquer operação deva ser contabilizada?	X		22/05/2017	
408	A contabilidade atua com eficácia, mantendo a escrituração em dia?	X		22/05/2017	
409	A contabilidade atua com eficácia, apresentando os relatórios exigidos pela administração e pela legislação pertinente?	X		22/05/2017	
411	Os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitir evidenciar perante a fazenda pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados?	X		22/05/2017	
413	Os serviços de contabilidade são organizados e permitem o acompanhamento da execução orçamentária: o conhecimento da composição patrimonial; a determinação dos custos dos serviços; o levantamento dos balanços gerais; a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros?	X		22/05/2017	
470	O setor articula-se com a contadoria geral do município, objetivando a perfeita e correta aplicação dos percentuais financeiros, no desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental?	X		22/05/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
431	As despesas com publicidades, decorrentes de ato legal ou administrativo, é verificado a eficácia da publicidade, na forma da lei, para devido pagamento? (art. 111, parágrafo único da Constituição Estadual).	X		22/05/2017	

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
401	Para elaboração da LOA, são observados dados pertencentes ao PPA e LDO vigente, e posteriormente encaminhado ao legislativo dentro do prazo legal?	X		22/05/2017	
402	O poder executivo municipal, tem realizado audiências públicas para elaboração da LDO e LOA?	X		22/05/2017	
404	O município tem efetuado audiência pública com intuito de demonstrar o cumprimento das metas fiscais?	X		22/05/2017	

\_\_\_\_\_  
CLAUDETE APARECIDA BETINI  
DIRETORA DE FINANÇAS

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Juridico**

<b>- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
202	O setor analisa as contratações de operações de crédito, para que não sejam realizadas com instituições não financeiras? (Lei Complementar n° 101/2000, Lei 4.595/64 e resolução n° 78/98 do Senado Federal).		X	26/05/2017	não houve recepção neste setor relativo a essa matéria

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
196	Na elaboração do texto do projeto de Lei do Plano Plurianual dispõe sobre o orçamento da receita e da despesa, estabelecendo os objetivos e metas da administração para um período de quatro anos?		X	26/05/2017	não há participação do departamento jurídico na elaboração do PPA.

<b>- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
194	As minutas de editais, contratos, acordos, convênios e ajustes, são aprovados e vistos previamente pelo setor jurídico, antes da sua assinatura?	X		26/05/2017	
207	Os processos de solicitação de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas, são previamente analisadas com parecer do setor jurídico? (art.26 da Lei Complementar n° 101/2000).	X		26/05/2017	

<b>- LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
204	Os subsídios dos agentes políticos (prefeito, vice-prefeito e secretários), foram fixados em parcela única de acordo com a determinação constitucional? (arts. 39 § 4º e 29, inciso V, ambos da Constituição Federal).	X		26/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Juridico**

<b>- DÍVIDA ATIVA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
188	Os tributos não recebidos pelo município, após seu vencimento, são inscritos em dívida ativa?	X		26/05/2017	
189	Existe o controle dos processos tributários, inscritos em dívida ativa, via judicial ou extrajudicial, do andamento ou da situação dos referidos processos?	X		26/05/2017	
205	O setor adota regularmente providências para cobrança de dívida ativa, evitando a prescrição do direito de cobrar o crédito tributário e não tributário devido? (art.30 inciso III da Constituição Federal).	X		26/05/2017	

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
172	A participação da sociedade nas audiências públicas, foi disciplinada e estabelecida em lei municipal?	X		26/05/2017	
184	Estão sendo elaborados demonstrativos das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa? (art. 13 da LRF).	X		26/05/2017	
187	O prefeito e os demais órgãos da administração, estão sendo assessorados por este setor, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica?	X		26/05/2017	
190	Existe uma participação direta e freqüente na elaboração de minutas de projeto de lei, decretos, editais e portarias, por este setor jurídico?	X		26/05/2017	
193	O município é representado em juízo por este setor, de forma eficiente para não causar prejuízos ao mesmo?	X		26/05/2017	
195	Estão sendo atendidas as consultas e, posteriormente, emitidos pareceres jurídicos sobre as matérias de interesse do município?	X		26/05/2017	
208	A estrutura dos arquivos de textos jurídicos está armazenada de forma adequada e de acesso fácil aos interessados?	X		26/05/2017	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Juridico**

---

**RAFAEL FRANCESCHINI LEITE**  
*PROCURADOR JURÍDICO*



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

**PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Controle Interno**

<b>- DESPESA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
214	Na dispensa de retenção do INSS sobre a cessão de mão de obra é solicitado declaração do contratado contendo os requisitos do art. 157 da IN do INSS nº 100 (art. 157 da IN nº 100 de 18/12/2003)	X		29/05/2017	não se aplica

<b>- OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
213	No pagamento de obras executadas, são exigidas cópias autenticadas das folhas de pagamento dos empregados da empresa contratada e documentos com vinculação inequívoca à obra?		X	29/05/2017	conforme relato da funcionária do departamento de compras quando a nota fiscal é enviada para seu departamento é consultada a certidão negativa de débitos

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
216	No sentido de melhorar o nível profissional dos servidores municipais, o setor promove programas de capacitação de recursos humanos, assim como a modernização de suas práticas administrativas?		X	25/05/2017	somente para os profissionais da educação
218	O município regulamentou a forma de repasses mensais de suprimentos pelo poder executivo, à câmara municipal de vereadores? (Lei Orgânica, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Ordinária).		X	25/05/2017	
215	Na descentralização da administração direta, foram criados os fundos municipais, é desfrutado para que o seu gestor não seja o prefeito municipal, para que caracterize o objeto de descentralização administrativa?	X		25/05/2017	
217	Os fundos municipais criados por lei, estão regulamentados conforme exigência legal?	X		25/05/2017	
219	Os dados informatizados referentes ao mês anterior foram gerados e enviados ao Tribunal de Contas do Estado?	X		25/05/2017	
223	A organização do sistema de controle interno, abrange e está integrado com o processo gerador de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, econômicas e gerenciais para fins de avaliação de custos e resultados, conforme os grupos de classificações das atividades governamentais?		X	25/05/2017	é feito a verificação através do portal da transparência
220	A organização do sistema de controle interno abrange a estrutura organizacional, em que se identificarão as responsabilidades da entidade jurídica e dos respectivos órgãos que a constituem, segregados em função das atividades que executam?	X		25/05/2017	
221	A organização do sistema de controle interno, abrange o processo decisório, que se relaciona com o quem é quem na organização, quem toma decisão? Quem responde por esta ou por aquela ação?	X		25/05/2017	
222	A organização do sistema de controle interno, esta integrando e abrange o processo de execução das atividades de cada setor, em que a preocupação é com a rotina e com os procedimentos que serão ou são adotados para que uma tarefa seja executada sem solução de continuidade?	X		25/05/2017	
224		X		25/05/2017	





PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: exemplar documental da lei relativa ao Plano Plurianual vigente, da Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária?				
225	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: balanço anual, formalizados nos termos e anexos da Lei nº 4.320/64, art 101, acompanhado pelo balancete contábil do último mês do mandato, devidamente assinado pelo prefeito municipal na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: backup de todos os arquivos, bem como dos programas de software existentes na prefeitura, Fundações, Fundos e Autarquias?	X		25/05/2017	
226	Na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis (caixa e bancos) e realizáveis, devidamente assinados pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?	X		25/05/2017	

ANDREA CRISTINA LEITE FRANÇA  
CHEFE DE SEÇÃO

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
247	O estatuto dos servidores públicos municipais, foi atualizado após as últimas alterações constitucionais?		X	30/05/2017	Não temos Estatuto
251	Os contratos temporários (ACTS), se extinguem no prazo previsto, não sendo renovados por sucessivas vezes?		X	30/05/2017	Não temos Contratos Temporário
261	O setor encaminhou a declaração de bens dos comissionados e agentes políticos aos órgãos de fiscalização externa, até o final do mês seguinte das nomeações, posse, exonerações, fim de mandato e anualmente até quinze dias após apresentação da declaração de bens à Receita Federal? (Lei Federal nº 8.730/93).		X	30/05/2017	não é arquivado junto ao Departamento
264	Na cessão de servidor para outro ente da federação é procedido mediante autorização legislativa e convênio, cumprindo desta forma o art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000?		X	30/05/2017	não tem seção de funcionários
283	O pagamento de serviços extraordinários a servidores, é precedido de requisição da chefia e aval da autoridade competente de acordo com o estatuto dos servidores públicos municipais?		X	30/05/2017	Somente uma parcela das horas extras são precedidas de autorização
235	O município possui e contribui com programas de qualificação e de aperfeiçoamento aos servidores públicos municipais?	X		30/05/2017	Cursos
243	O setor possui controle adequado das horas extras realizadas pelos servidores municipais?	X		30/05/2017	Mediante Justificativa do Departamento
245	O setor tem realizado enquadramento, reenquadramento, transposição, progressão funcional, transferência e demais atos pertinentes à vida funcional do servidor?	X		30/05/2017	Progressão Funcional Mediante Lei
242	Existe uma comissão, para avaliação semestral dos servidores que se encontram em estado probatório, em cumprimento ao art. 41 da Constituição Federal de 1988?		X	30/05/2017	
273	Há legislação que regulamente, a admissão por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público?		X	30/05/2017	
274	Os servidores admitidos em caráter temporário são selecionados através de processo seletivo público?		X	30/05/2017	
227	A designação de funcionários, estáveis ou de provimento efetivo, para cargos comissionados ou	X		30/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
	cargos de confiança está legalmente previsto em lei?				
228	As faltas ao trabalho, sem justificativa, por servidores municipais, estão sendo rigorosamente descontadas em folha de pagamento?	X		30/05/2017	
229	Todos os acréscimos concedidos em folha de pagamento dos funcionários municipais, estão legalmente protegidos?	X		30/05/2017	
230	A investidura em cargo ou emprego público está atendendo a legislação municipal, combinando com o art. 37 inciso II, da Constituição Federal de 1988?	X		30/05/2017	
231	O referido setor tem posto em prática os dizeres do estatuto do servidor, concedendo direitos e cobrando as obrigações dos servidores públicos deste município?	X		30/05/2017	
232	As contribuições previdenciárias, parte do empregador e do empregado, são regularmente informados e efetuados os devidos recolhimentos?	X		30/05/2017	
233	As contribuições sociais para o PASEP, FGTS e INSS, são efetuadas nos prazos legais?	X		30/05/2017	
234	Os acúmulos remunerados de cargos públicos obedecem a legislação vigente, em conformidade ao art.37, inciso XVI, da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
236	É exigida anualmente a renovação da declaração de imposto de renda e bens próprios, dos servidores municipais ocupantes de cargos comissionados?	X		30/05/2017	
237	As informações com relação a RAIS e DIRF, estão sendo feitas anualmente nos prazos legais?	X		30/05/2017	
238	São registradas em livro próprio ou arquivos magnéticos, em ordem cronológica, os editais de concurso público, contendo a citação de pelo menos o número com referência do ano, e a data do concurso?	X		30/05/2017	
239	As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargo efetivo, as condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme art.37 § V da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988?	X		30/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
241	Conforme o art. 37 § X da Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos e o subsídio, de que trata o § 4º do art. 39 da CF, são fixados ou alterados por lei específica?	X		30/05/2017	
244	O referido setor juntamente com a contadoria geral do município tem controlado os percentuais financeiros, máximos a serem despendidos com despesas de pessoal?	X		30/05/2017	
246	O estatuto e o plano de cargos dos servidores encontra-se em conformidade com a legislação vigente?	X		30/05/2017	
248	Os atos de admissão e de demissão de pessoal, estão sendo publicados, fundamentado e embasado na legislação vigente?	X		30/05/2017	
250	Os servidores seletistas não estáveis estão em quadro em extinção? E as contribuições previdenciárias e o FGTS estão sendo corrigidos e recolhidos?	X		30/05/2017	
253	Todos os pagamentos (gratificação, vantagens), de parcelas remuneratórias incidem sobre o vencimento básico, evitando assim o efeito "cascata"?	X		30/05/2017	
255	O poder executivo municipal publica anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos públicos? (art. 39 inciso III § 6º da Constituição Federal).	X		30/05/2017	
256	Setor observa para não existir situações de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal, conforme art.37, inciso XIII da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
257	Existe um controle de férias e licenças, que são de direito de cada servidor, tomando providências para que não haja acúmulo das mesmas?	X		30/05/2017	
263	O setor possui quadro de pessoal e plano de carreira em conformidade o art. 39 § 1º e 8º da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
265	Os pagamentos de vencimentos e vantagens pecuniárias são autorizados em lei e estão de acordo com o valor legalmente autorizado?	X		30/05/2017	
267	O setor só admite servidores mediante concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo	X		30/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
	em comissão? (art.37 inciso II da Constituição Federal).				
268	As gratificações não diferenciam os servidores ocupantes do mesmo cargo ou função (efetivo, estável ou comissionado), de acordo com o princípio constitucional da isonomia e impessoalidade? (art. 37, caput da Constituição Federal de 1988).	X		30/05/2017	
269	Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art.195 incisos I e II da Constituição Federal, são utilizados unicamente para a realização de despesas e pagamentos de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
270	É efetivada a contribuição previdenciária do empregador e está sendo recolhidas as cotas de contribuição patronal à instituição de previdência, de acordo com o disposto no art.195 inciso I da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
271	É efetivada a contribuição previdenciária dos empregados e estão sendo recolhida as cotas de contribuição à instituição devida, de acordo com o disposto no art.195 inciso II da Constituição Federal?	X		30/05/2017	
272	A legislação de pessoal está de acordo com as disposições constitucionais pertinentes?	X		30/05/2017	
275	As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidor ocupantes de cargo de provimento efetivo?	X		30/05/2017	
276	O cadastro dos servidores públicos municipais, e dos agentes políticos, estão individualizados, e com o prontuário em que conste a "vida funcional" de cada um deles?	X		30/05/2017	
277	Há estabelecimento prévio de escala de férias e há controle efetivo de férias?	X		30/05/2017	
278	A administração disponibiliza, quando necessário, aos seus servidores equipamentos de proteção individual - EPI?	X		30/05/2017	
279	O pagamento de adicionais de insalubridade e de periculosidade está de acordo com a legislação e de conformidade com laudo incidência promovido por profissionais de medicina do trabalho?	X		30/05/2017	
280		X		30/05/2017	



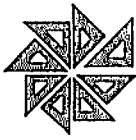
PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Administração de Pessoal

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
	As licenças e afastamentos são concedidos de conformidade com a legislação de pessoal do município?					
281	São determinados sindicâncias e processos administrativos, para apuração de responsabilidades funcionais dos servidores municipais?	X		30/05/2017		
282	O salário-família pago aos servidores municipais, está de acordo com os valores devidos, obedecendo à faixa de limite de idade dos dependentes beneficiados? (art.7º, inciso XII e 39, § 3º da Constituição Federal).	X		30/05/2017		
284	Existe registro de controle de entrada e saída dos funcionários através de cartão ponto ou livro ponto?	X		30/05/2017		

- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
262	O município instituiu o regime previdenciário para os servidores, conforme previstos no art. 40 da Constituição Federal?	X		30/05/2017		

GERSON APARECIDO DELINARDI  
SUPERVISOR DEPARTAMENTO PESSOAL

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Compras**

<b>- DESPESA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
293	As notas fiscais relativas a conserto de veículos, possuem a identificação do número da placa e a quilometragem registrada do hodômetro?	X		25/05/2017	Porém a quilometragem não é apontada nas notas fiscais, mas está em adequação.
289	São publicadas, mensalmente em órgão de divulgação ou em quadro de aviso de amplo acesso público, a relação de todas as compras feitas pela administração direta ou indireta, conforme art. 16 da Lei nº 8.666/93?	X		25/05/2017	
290	As compras são feitas com sua devida e adequada característica dos objetos e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento? (art. 14, da Lei nº 8.666/93)	X		25/05/2017	
291	As notas fiscais, para fins de comprovação de despesas públicas, indicam: I - data de emissão, nome e endereço da repartição destinada; II - a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitem sua perfeita identificação; III - os valores, unitários e total, das mercadorias e o valor total da operação?	X		25/05/2017	
292	Os documentos comprobatórios de despesas, estão preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade?	X		25/05/2017	
294	O setor de compras, previamente verifica a existência de créditos ou recursos orçamentários para a realização de despesas? (art. 167, inciso II da Constituição Federal).	X		25/05/2017	
295	Os comprovantes das despesas realizadas são identificados com carimbo ou declaração do recebimento do material e/ou do serviço executado, com identificação do responsável pelo recebimento?	X		25/05/2017	
296	Nas compras de bens, mercadorias e serviços efetuados pela administração é feita a verificação da situação do fornecedor perante a fazenda municipal e com as obrigações previdenciárias e sociais?	X		25/05/2017	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Compras**

<b>- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
298	É observado na contratação entre o município e empresas, que os seus acionistas não tenha vínculos de parentesco, ligando-os a agentes da administração municipal? (art. 9º inciso III da Lei nº 8.666/93 e Lei orgânica municipal).	X		25/05/2017	
320	Todo processo de realização de despesa é emitido ordem de compra/serviços para emissão de empenho prévio?	X		25/05/2017	

<b>- VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
552	O referido setor mantém registros de entrada e saída de equipamentos, máquinas e outros objetos, do parque de máquinas do município, tendo conhecimento onde foi, o que vai fazer?		X	25/05/2017	Solicito que o assunto seja encaminhado ao Departamento de Transporte e/ou SERM, responsáveis diretos pelos equipamentos e máquinas do parque de máquinas.

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE DE COMPRAS





**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Almoxarifado**

<b>- BENS EM ALMOXARIFADO</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
359	O setor mantém controle adequado do consumo de combustíveis e lubrificantes?	X		29/05/2017	

---

**AILTON JOSE TESSARI JUNIOR**  
**CHEFE DO ALMOXARIFADO**



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Patrimônio

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
349	Existe normatização sobre o que é considerado bem para fins de incorporação patrimonial?		X	25/05/2017	Opino pela normatização interna do controle patrimonial, haja vista a necessidade de eficiência e economicidade, e também pela ausência de lei geral pertinente à matéria, que cada entidade estabeleça, por meio de norma jurídica, os procedimentos, modelos e rotinas inerentes à correta gestão de seus bens permanentes. NORMATIZAÇÃO PREVISTA PARA 2.017.

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
369	Os valores de bens móveis e imóveis, quando na realização da despesa, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		25/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

<b>- BENS PATRIMONIAIS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
337	O setor de patrimônio, vem providenciando regularmente os registros legais do tombamento de bens móveis e imóveis, considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o município?	X		25/05/2017	
338	O setor vem promovendo os atos necessários à escrituração e registro dos bens imóveis?	X		25/05/2017	
339	O setor de patrimônio, vem promovendo o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação e baixa de bens patrimoniais?	X		25/05/2017	
340	O setor de patrimônio e almoxarifado vem elaborando laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei?	X		25/05/2017	
341	Os bens do município estão todos etiquetados ou marcados com o número de tombamento?	X		25/05/2017	
342	São efetuados anualmente levantamentos físicos de localização dos bens para verificação da confiabilidade das informações?	X		25/05/2017	
343	O setor possui registros dos bens permanentes com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração de acordo com o art. 94 da Lei nº 4.320/64?	X		25/05/2017	
344	O setor tem levantado os bens móveis e imóveis, tendo por base o inventário analítico, com a descrição física / financeira do bem, para fazer-se a conferência com a escrituração contábil? (art. 96 da Lei 4.320/64)	X		25/05/2017	
345	Os relatórios dos bens patrimoniais contêm as assinaturas dos responsáveis pela guarda de tais bens?	X		25/05/2017	
346	O município possui elenco de contas, das incorporações patrimoniais, registrando a natureza do bem, grupo, classe, identificador individual, os bens em situação pendente, os bens cedidos e os bens em manutenção?	X		25/05/2017	
347	O município possui servidor(es) responsável(is) pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		25/05/2017	
348	Todos os bens são identificados em local de fácil visualização?	X		25/05/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

<b>- BENS PATRIMONIAIS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
350	Todos os servidores são instruídos sobre procedimentos básicos, de controle dos bens patrimoniais, e os setores dispõem orientações de formulários de transferências de bens patrimoniais?	X		25/05/2017	
351	O sistema de patrimônio permite o cadastro com a descrição completa do bem; (nota fiscal, empenho, características, localização, reavaliações, reformas, etc)?	X		25/05/2017	
352	Os bens são classificados, quanto o seu estado de conservação como ótimo, bom, razoável ou inservível como: ocioso, recuperável, antieconômico, irrecuperável?	X		25/05/2017	
353	Existe documentação de todos os bens móveis e imóveis cedidos ao município?	X		25/05/2017	
354	Os bens inservíveis são recolhidos ao almoxarifado, e todas as baixas são informadas ao setor de contabilidade?	X		25/05/2017	
355	As transferências de bens de um setor para outro são autorizadas pelo responsável pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		25/05/2017	
356	O cadastro dos bens, possui as informações necessárias, a identificação do bem desde sua origem até o destino final?	X		25/05/2017	
357	Todos os bens móveis e imóveis, doados, cedidos ou alienados são legalmente autorizados, contabilizados e baixados do patrimônio?	X		25/05/2017	
358	Quanto aos bens permutados são autorizados por lei específica?	X		25/05/2017	
360	No recebimento de bens móveis e imóveis doados por ente da federação, associações civis, assistenciais ou mesmo pessoas físicas ou jurídicas, é realizada mediante autorização legislativa, em atenção ao princípio da legalidade? (art. 37 da Constituição Federal de 1988).	X		25/05/2017	
361	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - livros próprios (informatizados), registrando o inventário atualizado dos bens patrimoniais existentes?	X		25/05/2017	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

**PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Patrimônio**

---

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE COMPRAS E PATRIMÔNIO